

# GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 6 de abril de 1989

## A realidade sugere mudanças na economia

Finalmente, o governo federal fixou o índice de reposição das perdas salariais ocorridas com o Plano Verão. O índice anunciado, de 7,17%, ficou bem abaixo do que anteriormente o próprio governo havia cogitado, sendo que obedeceu à necessidade de manutenção do congelamento, ou seja, segundo empresários e o próprio governo, o percentual indicado, em média, é o máximo possível para as várias categorias, sem que seja necessário o aumento de preços.

Na verdade, o governo, apesar de ter definido o índice de reposição de perdas, continua segurando o touro pelos chifres, porque na prática os reajustes concedidos pelos empresários, ao menos nos principais centros do País, excedem em muito o definido pelas autoridades econômicas, o que deve funcionar como pressão pelo descongelamento, quando os custos originados pela demanda de aumentos salariais crescentes nas empresas seriam repassados automaticamente pa-

ra o consumidor no preço final dos produtos.

A questão dos salários é hoje apenas um dos pontos de tensão dentro do plano de estabilização econômica do governo. Decorridos pouco mais de dois meses de sua criação, verifica-se ser mais que necessária uma revisão dos vários pontos que o compõem, devendo as autoridades econômicas definir não só o índice para reposições de perdas — como o fizeram — como também uma política geral de reajustes-salariais, a redefinição de uma política cambial, uma política de juros e, por consequência, a flexibilização mais intensa dos preços.

Em outras palavras, o que veremos assistir doravante é a execução da segunda fase do Plano Verão, o que em tese já deveria estar previsto por seus autores e administradores. É bem verdade que alguns erros de execução e previsão de resultados acabaram por colocar o governo na difícil situação de ter hoje, como única tá-

buia de salvação para o plano, o congelamento dos preços, o que talvez o leve a resistir na adoção de novas medidas, temendo por resultados negativos.

Na decisão por novas medidas, em primeiro lugar, governo e sociedade devem recolocar o principal objetivo do Plano Verão, que, a nosso ver, diferentemente de outras medidas econômicas de vulto que este mesmo governo já tomou, não teve por horizonte outro objetivo senão o de afastar, como aliás vimos afirmando por inúmeras vezes, os perigos da hiperinflação.

Para os que não aceitaram esse objetivo e o entenderam como a possibilidade de inflação zero no País já no primeiro mês, as medidas econômicas redundaram em flagrante fracasso, o que, da mesma forma, aconteceu para os que nada viram de concreto nas propostas do governo, apostando de pronto na continuidade da escalada inflacionária.

Contrariamente a essas duas

visões, deve-se ponderar que, embora tenhamos colhido uma inflação alta para os padrões pretendidos pelo Plano Verão, ainda não possuímos nenhum indicador convincente de que novamente rondam nossos horizontes os perigos da hiperinflação, residindo aí o sucesso das medidas até o momento.

É dentro desse espectro que devem ser pesadas as novas decisões do governo, que esperamos venham rapidamente. Não deve o governo segurar-se à figura do congelamento, pois certamente será atropelado pela realidade de mercado, tornando aquele rapidamente uma ficção.

Assim como é possível ao governo, com medidas realistas, conter a inflação em patamares razoáveis, o retardamento dessas medidas poderá levar-nos a um rápido crescimento inflacionário, não só derrubando um plano de estabilização econômica como colocando novamente a hiperinflação como realidade em nossas vidas.